



Ao ilustríssimo Senhor AGENTE DE CONTRATAÇÃO (PREGOEIRO) da Secretaria de Licitações e Contratos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF.

Ref.: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N. 90134/2024

A **TPF ENGENHARIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.285.441/0001-66, com sede na Rua Irene Ramos Gomes de Mattos, nº 176, Pina, CEP: 51.011-530, Recife – PE, (doravante “**RECORRENTE**”), vem, respeitosamente, com fundamento no item 5 do EDITAL da licitação em epígrafe e no Art. 51, inciso VIII, da Lei Federal nº 13.303/2016, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da decisão do Agente de Contratação (doravante “**PREGOEIRO**”), proferida e formalizada mediante o Critério de Julgamento das Propostas, com base nas razões de fato e de direito a seguir aduzidas contra o julgamento da habilitação da empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO ME, com fundamento na Lei e nas regras que norteiam este procedimento Licitatório, em virtude dos fatos e fundamentos que passa a expor:

I. DO CABIMENTO E TEMPESTIVIDADE

1. O **RECORRENTE** foi cientificado da divulgação do resultado classificatório referente à Proposta do processo em epígrafe, por meio do Termo de Julgamento fornecido pela CODEVASF.
2. Seguindo o rito processual, no dia 30 de dezembro de 2024, foi publicado o resultado da habilitação do Pregão Eletrônico nº 90.134/2024. Nesses termos, conforme exposto no EDITAL e em conformidade com o Art. 51 da Lei Federal nº 13.303/2016, abriu-se o prazo legal recursal de 3 (três) dias úteis para interposição de recursos. Esse prazo iniciou-se na quinta-feira,



02 de janeiro de 2024, e esgota-se na segunda-feira, 06 de janeiro de 2025.

3. Dessa forma, a interposição do presente recurso na data ora apresentada revela-se plenamente cabível e tempestiva, em conformidade com os prazos legais aplicáveis.

II. DA DECISÃO RECORRIDA

4. Trata-se de uma licitação promovida pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, sob o modo de disputa aberto, utilizando o critério de julgamento Menor Preço e adotando o regime de execução por Empreitada por Preço Global.
5. O objeto licitado refere-se à *“Execução dos serviços de seleção de áreas prioritárias e elaboração de diagnóstico e projeto básico de engenharia para recuperação hidroambiental na área de atuação da Codevasf, conforme quantitativos estimados na planilha de custos e abaixo discriminados, formado por grupo único composto por 2 (dois) itens, sendo: GRUPO 01: Áreas prioritárias para elaboração de diagnóstico e projeto básico de engenharia para recuperação hidroambiental: Item 01: Seleção de áreas prioritárias para recuperação hidroambiental; Item 02: Projeto básico de engenharia em áreas prioritárias para recuperação hidroambiental.”*, conforme especificações do Edital do Pregão Eletrônico nº 90134/2024 (o “EDITAL”) e de acordo com os parâmetros definidos em seus anexos.
6. No dia 20 de dezembro de 2024, procedeu-se à abertura da Sessão Pública referente ao pregão eletrônico 90134/2024. Na oportunidade, foi concluída a fase de lances, tendo sido a empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO, classificada em primeiro lugar. Na mesma data, foi solicitado o envio da planilha de preços reformulada e adequada ao último lance.
7. Nos dias seguintes, diversos documentos e ajustes na proposta financeira foram solicitados, e no dia 30 de dezembro de 2024, procedeu-se o julgamento das propostas, onde foi proferida a habilitação da empresa **FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO ME.**



8. Contudo, foi constatado pela RECORRENTE um equívoco no julgamento proferido à referida empresa, uma vez que esta não demonstrou qualificação técnica operacional e profissional para permanecer habilitada no processo, descumprindo, assim, os termos editalícios. Por essa razão, apresenta, respeitosamente, o presente Recurso Administrativo, requerendo a reavaliação dos documentos apresentados pela empresa classificada.

III. DAS RAZÕES RECURSAIS

III.1 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

9. Vejamos a seguir o critério para qualificação técnica operacional apresentado no EDITAL:

9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1.1. A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), demonstrando o ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto deste TR, conforme legislação vigente.
- b) DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA ABRANGÊNCIA DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (conforme subitem 7.1 e Anexo 2), informando que tem conhecimento da abrangência dos locais onde serão executadas os serviços de engenharia, emitida pela própria licitante, assinada pelo(s) o(s) Responsável(is) Técnico(s) ou Representante Legal.
- c) **Capacidade Técnico Operacional:** Certidão(ões) ou Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, exclusivamente como Contratada, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT – do(s) profissional(is) responsável(is) à época, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, que **comprove** que a licitante tenha executado serviços relativos à Projeto de Engenharia para Recuperação Hidroambiental ou serviços similares, conforme descrito abaixo:

c1) A área mínima de comprovação será 110.000ha para todos os itens, item 01 e item 02, o que equivale a 5% da área total para os dois itens.

c2) São considerados por serviços similares os projetos/estudos de obras de porte e complexidade semelhantes, que contemplam os serviços descritos a seguir:

Projetos de recuperação/conservação ambiental, estudos hidrológicos ou de recursos hídricos.

c3) O(s) Atestado(s) devem ser acompanhado(s) da(s) respectiva(s):

- Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) do(s) profissional(is) responsável(is) à época expedida(s) pelo Crea da região onde os serviços foram executados; **ou**
- Certidão(ões) de Acervo Operacional (CAO); **ou**
- Anotação(ões) de Responsabilidade(s) Técnica(s) do(s) profissional(is) responsável(is) pela obra vinculado(s) no(s) referido(s) atestado(s) e contrato de serviços entre a empresa licitante e a pessoa jurídica de direito público ou privado que emitiu o atestado.

10. Como visto, o EDITAL é claro quanto à exigência de comprovação para as



empresas participantes de experiência em **PROJETO DE ENGENHARIA PARA RECUPERAÇÃO HIDROAMBIENTAL OU SIMILAR**, sendo considerados serviços similares os projetos/estudos de obras de porte e complexidade semelhantes que contemplem **PROJETOS DE RECUPERAÇÃO/CONSERVAÇÃO AMBIENTAL**, bem como **ESTUDOS HIDROLÓGICOS ou DE RECURSOS HÍDRICOS**, caracterizando-os assim como **projetos de engenharia de recuperação hidroambiental**.

11. A licitante, ao apresentar sua documentação de habilitação com vistas à comprovação de Experiência Técnica Operacional, incluiu apenas as Certidões de Acervo Técnico (CATs) constantes das páginas 5 a 58 do arquivo de Qualificação Técnica enviado à CODEVASF. **As demais CATs, compreendidas entre as páginas 59 e 209, referem-se exclusivamente à comprovação da experiência dos profissionais vinculados à empresa e, por conseguinte, não devem ser consideradas para os fins de qualificação técnica operacional.**
12. Das CATs apresentadas, somente a CAT nº 85653/2021 está parcialmente vinculada ao objeto do serviço a ser executado e atende à área mínima exigida para participação. Contudo, tal CAT abrange apenas parte das exigências do edital, uma vez que comprova experiência limitada a estudos hidrológicos ou de recursos hídricos.
13. As demais CATs referem-se exclusivamente a serviços de levantamentos aerofotogramétricos, topográficos, cadastrais e de geoprocessamento, ou não contemplam a área mínima de 110.000 hectares requerida pelo edital.
14. Ainda em relação à CAT nº 85653/2021, constante das páginas 5 a 11 do arquivo de Qualificação Técnica submetido à CODEVASF e emitida pela empresa Suzano Papel e Celulose S.A., verifica-se uma suposta realização de estudos hidrológicos de 76 bacias de contribuição, abrangendo uma área total de 4.757,64 km², bem como a elaboração de laudos técnicos relativos a 76 barragens de terra já construídas, com o propósito de embasar solicitações de outorgas de água para a empresa Suzano Papel e Celulose



S.A..

15. Conforme indicado no atestado registrado junto ao CREA-BA, vinculado à CAT mencionada, foi realizado apenas o “levantamento planialtimétrico e a elaboração do laudo técnico das 76 barragens de terra, com o objetivo de extrair ao máximo as características técnicas dos barramentos já construídos e suas aplicações para solicitação de outorga de água”.
16. **Este serviço, portanto, não se configura, de forma alguma, em um projeto de engenharia de Recuperação Hidroambiental**, tampouco em um serviço similar, caracterizado no EDITAL como **projetos/estudos de obras de porte e complexidade semelhantes, que contemplem projetos de recuperação/conservação ambiental, bem como estudos hidrológicos ou de recursos hídricos**.
17. Nesse contexto, observa-se, com base no documento apresentado, que não foram realizados projetos ou estudos dessas obras, tampouco há evidências de que estejam relacionados a projetos de recuperação ou conservação ambiental. Pelo contrário, o objetivo expresso no próprio atestado refere-se exclusivamente à solicitação de outorgas de direito de uso da água, visando o abastecimento hídrico da Unidade de Mucuri-BA da empresa Suzano Papel e Celulose S.A.
18. Ademais, é fundamental destacar a especificidade do objeto desta contratação, que exige que a empresa contratada tenha “executado serviços relativos a Projetos de Engenharia para Recuperação Hidroambiental ou serviços similares”. A execução de estudos hidrológicos, levantamentos topográficos e laudos técnicos de obras já construídas não pode ser considerada equivalente a projetos de engenharia voltados à recuperação hidroambiental, conforme os critérios estabelecidos no edital.
19. Dessa forma, resta evidente que a **empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO ME** deixou de atender a um requisito essencial estabelecido no edital, qual seja, a demonstração de experiência comprovada na execução

de serviços de Projetos de Recuperação ou Conservação Ambiental em uma área mínima de 110.000 hectares. Considerando que a referida empresa não comprovou a experiência técnica exigida, torna-se imperativa sua inabilitação no presente certame, em estrita observância aos critérios editalícios e aos princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade e isonomia.

suzano

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, com o intuito de comprovar a realização de atividades técnicas para fins de emissão de Certidão de Acervo Técnico com Atestado que FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO, CPF 994.494.045-34, que através da empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO-ME - prestou serviço à SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A. na unidade de Mucuri-BA, Rod. BR 101 Km 945,4 + 7 Km à esquerda - Cx Postal:63 -CEP 45930-000 Mucuri - BA - Brasil, Fone/Fax (0**73) 3878-7500 CNPJ nº 16.404.287/0001-55, E-mail: ismael@suzano.com.br

1.1 DADOS DA OBRA/SERVIÇO

- Pedido de Compra: 5000157671
- Local de realização: Base Florestal da Suzano, Unidade Mucuri-BA
- Período de realização: 03 de junho de 2019 a 17 de março de 2021

1.2 DADOS DA CONTRATANTE

- Razão Social: SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.
- CNPJ: 16.404.287/0001-55
- Endereço: Avenida professor Magalhães Neto, 1752, 10 andar salas 1010 e 1011, Pituba, Salvador-BA, CEP: 41.810-012
- Endereço: Unidade de Mucuri-BA, Rod. BR 101 Km 945,4 + 7 Km à esquerda - Cx Postal:63 - CEP 45.930-000 Mucuri - BA

1.3 DADOS DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA

- Razão Social: Frederico Vasconcelos Ribeiro - ME
- CNPJ: 13.025.129/0001-04
- Endereço: Av. Princesa Isabel, 395, sala 603 Ed. Itabuna Trade Center, São Caetano, Itabuna-BA, CEP: 45.607-291
- Registro no CREA: 001008460-6

1.4 DADOS RESPONSÁVEL TÉCNICO

- Nome: Frederico Vasconcelos Ribeiro
- Título: Engenheiro Agrônomo
- RNP: 040676782-3
- Registro no CREA: 9198/03 CREA-AM

1.5 DADOS DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA ART

- Número: BA20210483734
- VALOR DO CONTRATO: R\$: 138.000,00

1.6 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS REALIZADOS

OBJETO: Estudo e Modelagem hidrológica de 76 bacias de contribuição com extensão de 4.757,64 Km² com o objetivo de caracterizar o formato superficial das bacias hidrográficas que exercem influência no tempo de transformação da chuva em escoamento superficial direto e sua constatação na seção de controle, Levantamento planialtimétrico e o laudo técnico de 76 barragens de terra com o objetivo de extrair ao máximo as características técnicas dos barramentos já construídos e suas aplicações para solicitação de Outorga de água.

Descrição dos serviços executados:

- Estudos hidrológicos de 76 bacias de contribuição com extensão de 4.757,64 Km²
- Levantamento Planialtimétrico cadastral detalhado do talude e da área do reservatório 76 barragens de terra
- Estrutura da barragem (aterro) de 76 barragens de terra

Unidade de Mucuri-BA, Rod. BR 101 Km 945,4 + 7 Km à esquerda
Cx Postal:63 -CEP 45930-000 Mucuri - BA

Yfay
Frederico Vasconcelos Ribeiro

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional da Engenharia e Agronomia da Bahia

Certidão nº 88683/2021
data: 09/05/2021

* Produto(s) final(is)

- * Arquivo digital – Ortomosaico
- * Base de dados georreferenciados - Ortomosaico 10 m/pxel (formato TIF)
- * Geração dos Modelos Digitais: da Superfície (MDS), e de Curvas de Nível (MCN) (1m)
- * Base de dados georreferenciados - modelo digital de superfície (formato LAS 1.2 e DWG E SHAPEFILE)
- * Base de dados georreferenciados - modelo digital de declividade (formato LAS 1.2 e DWG E SHAPEFILE)
- * Base de dados georreferenciados - modelo digital de curvas de nível (formato LAS 1.2 e DWG E SHAPEFILE)
- * Base de dados georreferenciados - modelo digital hidrográfico (formato LAS 1.2 e DWG E SHAPEFILE)
- * Base de dados georreferenciados - diagnóstico da base de dados do uso do solo - Formato Shapefile.
- * Base de dados georreferenciados - plantas dos imóveis rurais dos bancos de dados secundários - Formato Shapefile.
- * Base de dados georreferenciados - mapa de zoneamento agrícola e ambiental - Formato Shapefile.

Este documento
Regional
vinculado

11 YWZ

III.2 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

21. Para qualificação técnica profissional o EDITAL fez a seguinte exigência:



Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

- Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, todas as experiências atestadas serão reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas, na proporção quantitativa de sua participação no consórcio;
- Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.

- d) **Capacidade Técnico-Profissional:** Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior, com formação e experiência conforme descrito no item 5.9.1 alínea "5.9.a)" detentor de atestado de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por este Conselho, que comprove ter o profissional executado serviços relativos à elaboração de Projeto de Engenharia para Recuperação Hidroambiental ou serviços similares, conforme descritos nesse item na alínea "c2".

d1) Entende-se, para fins deste TR, como pertencente ao quadro permanente:

- O empregado;
- O sócio;
- O detentor de contrato de prestação de serviço.

d2) A licitante deverá comprovar através da juntada de cópia de:

- Celetista (Empregado): Ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, que comprove a condição de pertencente ao quadro da licitante;
- Societário (Dirigente ou sócio): Contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional ou ato constitutivo da empresa; ou
- Autônomo: Contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhado da anuência deste.



exclusiva da Codevasf.

5.9. Equipe Técnica

5.9.1. Os trabalhos deverão ser executados pela seguinte equipe técnica:

- a) Coordenação técnica: composta por um Engenheiro com tempo mínimo de formação e experiência mínima na execução de serviços compatível com objeto deste TR OU Serviços Similares, com as seguintes formação ou especialização acadêmica baseado na Tabela de Títulos Profissionais da Resolução CONFEA 473/2002:

Código: P8066

Formação: Engenheiro Hídrico (Cód. 111-12-00) ou Engenheiro Ambiental (Cód. 111-01-00) ou Engenheiro Sanitarista e Ambiental (Cód. 111-09-00) ou Engenheiro Agrícola (Cód. 311-01-00) ou Engenheiro Agrônomo (311-02-00) ou Engenheiro Florestal (311-04-00) ou Engenharia correlata. Dentre as principais atividades a serem entregues envolvem a coordenação da equipe, comunicação direta com a Codevasf, sistematização de relatórios técnicos e produtos a serem entregues, análise de dados produzidos em escritório e análise e tratamento de dados coletados em campo.

Experiência mínima: 5 anos

Tempo de formação mínima: 8 anos

22. Conforme visto, as exigências de Qualificação Técnica Profissional são idênticas às exigidas para a experiência da empresa, sendo solicitado que o profissional comprove experiência em **PROJETO DE ENGENHARIA PARA RECUPERAÇÃO HIDROAMBIENTAL OU SIMILAR**, e são considerados serviços similares os projetos/estudos de obras de porte e complexidade semelhantes, que contemplam **PROJETOS DE RECUPERAÇÃO/CONSERVAÇÃO AMBIENTAL**, bem como **ESTUDOS HIDROLÓGICOS ou DE RECURSOS HÍDRICOS**, caracterizando-os assim como projetos de engenharia de recuperação hidroambiental.

23. Ocorre que para comprovação de experiência técnica profissional, a empresa **FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO ME.**, apresentou as mesmas CAT's fornecidas para fase de habilitação técnico operacional, as quais constam nas páginas 5 a 58 do arquivo de Qualificação Técnica enviado para a CODEVASF, cuja documentação está em nome da empresa e do engenheiro Frederico Vasconcelos Ribeiro, sócio da instituição.

24. Diante disso, tendo em vista a similaridade entre as exigências de experiência da empresa e do profissional, fica comprovado que o referido engenheiro Frederico Vasconcelos Ribeiro não cumpre os requisitos requeridos, pois apresentou apenas uma CAT que contempla de forma parcial a exigência editalícia, deixando de comprovar os serviços de



Projetos de Recuperação/Conservação Ambiental em uma área mínima de 110.000ha. Portanto, este profissional deve ser desconsiderado para fins de qualificação técnico profissional.

25. Ademais, a empresa em questão apresentou o Engenheiro Paulo Cesar da Silva França que, além de não demonstrar a experiência exigida no edital, não apresentou qualquer comprovação de vínculo formal com a empresa. Da mesma forma, os engenheiros José Alves Froes Junior, Anete Antunes Rocha Nunes e Max Aurelio Menezes Nascimento não evidenciaram o cumprimento dos serviços requeridos, limitando-se a apresentar contratos de prestação de serviços como comprovação de vínculo, o que não atende aos requisitos estabelecidos no processo licitatório.
26. Contudo, como disponível no EDITAL, os profissionais que tivessem o vínculo comprovado através de contrato de prestação de serviços deveriam apresentar a anuência dos profissionais, ou seja sua aprovação, seu consentimento em participar da referida licitação. Porém, tais anuências não foram fornecidas, deixando de atender ao item 9.1, alínea d.2, do Termo de Referência.
27. Dessa forma, diante das razões expostas, os engenheiros apresentados pela empresa Frederico Vasconcelos Ribeiro ME devem ser desconsiderados para fins de qualificação técnico-profissional. Consequentemente, a referida licitante deve ser inabilitada, tendo em vista que não apresentou nenhum profissional que comprovasse a experiência exigida pelo edital.

IV. DO PEDIDO

28. Diante de todo o exposto, e com fundamento nos princípios que regem as licitações públicas, em especial os princípios da legalidade, da isonomia, do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório, o RECORRENTE vem, tempestivamente, requerer o recebimento e processamento do presente recurso, nos termos da legislação aplicável.



29. Requer-se, ao final, a revisão da habilitação concedida à empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO ME, determinando-se sua inabilitação por não comprovar a Capacidade Técnica Operacional e Profissional exigidas no edital, conforme demonstrado pelos fundamentos fáticos e jurídicos apresentados nos itens anteriores.

30. Na hipótese de não ser considerado o presente RECURSO por esta Douta COMISSÃO, solicita a RECORRENTE que seja o mesmo informado e encaminhado à instância superior, onde se espera seu conhecimento e provimento.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Recife, 06 de janeiro de 2024.

Ricardo Medeiros Pereira de Carvalho
Representante Legal
CPF: 499.674.364-68